

Pode a economia ser mais solidária?
O caso das Empresas B

Carlos Alberto Diogo da Costa Paizinho

Junho de 2015

WP n.º 2015/02

DOCUMENTO DE TRABALHO

WORKING PAPER





DINAMIA'CET
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

Pode a economia ser mais solidária?

O caso das Empresas B

Carlos Alberto Diogo da Costa Paizinho *

WP n.º 2015/02

DOI: 10.7749/dinamiacet-iul.wp.2015.02

1. INTRODUÇÃO	3
2. DEFINIÇÕES DE ECONOMIA	4
3. MERCADO E ESTADO - APOLOGIA E CRÍTICAS.....	5
4. A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	8
5. CONVERGÊNCIAS NA ECONOMIA. O CASO DAS EMPRESAS B.....	9
5.1. Aproximação do “mercado” ao “social e solidário”	9
5.2. Benefícios para a economia, sociedade, ambiente e <i>stakeholders</i>	10
5.3. A Comunidade B Corp	11
6. ANÁLISE CRÍTICA.....	13
7. CONCLUSÃO	14
8. BIBLIOGRAFIA.....	15
Consultas <i>on-line</i>	16

* Mestrando em Economia Social e Solidária, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
carlospaizinho@gmail.com | cadcp@iscte-iul.pt.

"Não temos nas nossas mãos as soluções para todos os problemas do mundo, mas diante de todos os problemas do mundo temos as nossas mãos."¹

Friedrich Von Schiller

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar o conceito de Empresas B (Certified B Corp e Benefit Corp) enquanto empresas que se posicionam no mercado visando criar, de forma equilibrada, valor social, ambiental e económico, e que têm como lema “ser a melhor para o mundo e não a melhor do mundo”.

No âmbito de uma economia que se pretende convergente, através da implementação de soluções híbridas que resultem da aproximação entre os sectores público, privado e da economia social e solidária, as Empresas B podem ter um importante papel dado que não priorizam o lucro dos seus proprietários ou accionistas mas sim o benefício dos seus *stakeholders*, das comunidades onde se inserem e do meio ambiente.

Neste âmbito, discute-se o papel da Economia Social e Solidária enquanto movimento de acção colectiva, que visa responder a problemas que não encontram resposta nos mecanismos económicos convencionais. A análise empírica consiste numa breve apresentação de algumas empresas nacionais e estrangeiras certificadas como Empresas B (Certified B Corp), sendo descritos os sectores de actividade dessas empresas, alguns aspectos sociais e ambientais presentes na sua actividade e as pontuações obtidas nos respectivos processos de certificação.

Palavras-chave: Estado, mercado, Economia Social e Solidária, Empresas B.

ABSTRACT

The present work paper aims to introduce the concept of B Corporations (Certified B Corp and Benefit Corp), as companies that are on the market aimed to create, in a balanced way, social, environmental and economic value, and which have as their motto "be the better for the world and not the best in the world".

In the context of a convergent economy, through the implementation of hybrid solutions resulting from the approximation between the public, private and social and solidary economy, B Corp may have an important role since it does not prioritize the profit of their owners or shareholders but the benefit of their stakeholders, community and the environment.

In this context is discussed the role of Social and Solidary Economy as a movement of collective action, which aims to respond to the problems that are not solved either by the State or the market. The empirical analysis consists on a short presentation of some national and foreign companies certified as B Corporations (Certified B Corp). It describes the activities of these companies, some social and environmental aspects of its activity, as well as, the scores obtained in the respective certification processes.

Keywords: State, market, Social and Solidary Economy, B Corporations.

¹ 1759 /1805 Poeta/Dramaturgo Alemão, <http://www.citador.pt/>.

1. INTRODUÇÃO

Para John Stuart Mill (1836), “a Economia Política considera o homem como um ser preocupado apenas com a obtenção de riqueza fazendo completa abstracção de todas as outras paixões ou motivos humanos”.

A história está repleta de exemplos do quanto a Economia, enquanto preocupada apenas com a obtenção de riqueza, tem sido geradora de enormes desigualdades e, conseqüentemente, de graves crises sociais. A este propósito Piketty (2014: 17) refere que “a questão da distribuição da riqueza é demasiado importante para ser deixada unicamente nas mãos dos economistas, sociólogos, historiadores e outros filósofos. Ela interessa e interpela toda a gente, e ainda bem”.

Os grandes debates económicos, principalmente após John Keynes, têm-se centrado entre os apologistas do mercado e os que defendem uma maior intervenção do Estado. A actual crise tem acentuado esse debate que, visivelmente, começa a sair da esfera económica e política e a passar para a opinião pública.

No âmbito da acção colectiva, enquanto forma de governação económica alternativa ao mercado e ao Estado, a economia social e solidária vem assumindo um papel cada vez mais relevante. Dados estatísticos de 2002-2003 mostram que o número de trabalhadores assalariados em cooperativas, mutualidades, associações e organizações afins, na União Europeia, ascendiam a mais de 11 milhões², representando cerca de 6% do total de emprego remunerado.

O mercado, por sua vez, procura, em diversos sectores, aproximar-se ao “social” e ao “solidário”. A criação de Fundações e a introdução do conceito de Responsabilidade Social das Empresas são exemplos dessa aproximação.

Algumas empresas e iniciativas começam a surgir e merecem ser analisadas quanto ao seu genuíno interesse pelo “social” e “pelo “solidário”. Responsabilidade, sustentabilidade, capitalismo consciente (Conscious Capitalism³), compromisso com os *stakeholders*, “gerar valores e não valor”, “ser a melhor para o mundo e não a melhor do mundo”, são alguns conceitos identitários dessas empresas.

As Empresas B (Certified B Corp⁴ e Benefit Corp⁵), que nos propomos analisar, são um exemplo de um movimento de empresas que têm esse posicionamento no mercado. Estas empresas visam criar, de forma equilibrada, mais valor social, ambiental e económico. E estes são alguns dos

² Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo CIRIEC (Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa).

³ <http://www.consciouscapitalism.org/>.

⁴ <http://www.bcorporation.net/>.

⁵ <http://benefitcorp.net/>.

valores que na sociedade actual, crescentemente global e complexa, estão no centro do debate sobre os problemas sociais contemporâneos.

2. DEFINIÇÕES DE ECONOMIA

Praticamente todas as decisões tomadas no dia-a-dia são decisões económicas baseadas numa grande diversidade de acções voluntárias e independentes, por parte dos seres humanos. Esta é a base da Teoria Económica iniciada por Adam Smith (1723-1790). Sendo as decisões económicas tomadas por seres humanos e preocupando-se a Economia em estudar fenómenos que são importantes para a vida em sociedade, parece-nos ser esta ciência, baseada no conhecimento rigoroso e sistemático, uma ciência social.

Esta visão é corroborada por Piketty (2014: 57) quando afirma que:

Na verdade a economia não deveria nunca ter procurado separar-se das outras disciplinas das ciências sociais, e apenas no seu seio pode desenvolver-se. Sabemos demasiado pouco em matéria de ciências sociais para nos dividirmos tanto assim. Para esperar fazer progressos em questões tais como a dinâmica histórica da distribuição da riqueza e a estrutura das classes sociais, parece evidente que é preciso proceder com pragmatismo, mobilizando métodos e abordagens que são tanto os dos historiadores, dos sociólogos, e dos estudiosos da política como dos economistas.

Sendo uma ciência social, o objecto de estudo da Economia são os indivíduos, o que lhe confere, desde logo, um elevado grau de complexidade.

Existem definições que diferem segundo os respectivos autores. Para John Stuart Mill (1836), citado em Hausman (2007: 42), “a Economia Política considera o homem como um ser preocupado apenas com a obtenção de riqueza”.

Segundo Lionel Robbins (1935) citado em Caldas e Ferreiro (2014: 6) “a Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos”.

Samuelson (2005: 4) considera a Economia como sendo “o estudo de como as sociedades utilizam recursos escassos para produzir bens valiosos e distribuí-los entre as diferentes pessoas”.

Por último, e destacando-se das anteriores, a definição de Economia de Hodgson, (1997) para quem a Economia, definida isoladamente, “deveria ser o estudo das relações sociais e dos processos que regem a produção, a distribuição e a troca dos requisitos da vida humana. A Economia procura, portanto, tratar aspectos do mundo real. A realidade económica está necessariamente embutida de relações sociais mais amplas, na cultura e nas instituições e as

fronteiras reais entre ‘economia’, ‘sociedade’ e ‘polis’ são difusas e pouco claras” (in Ferreiro, 2014)⁶.

Esta visão de Hodgson sobre a realidade económica é particularmente significativa no contexto do presente trabalho, na medida em que incorpora considerações sociais na definição e não apenas considerações económicas.

3. MERCADO E ESTADO - APOLOGIA E CRÍTICAS

O mercado é o espaço, físico ou virtual, no qual compradores e vendedores se encontram para determinar os preços e quantidades de um determinado bem ou serviço. A relação entre a oferta e a procura é fundamental para o estabelecimento do preço desses bens e serviços. Contudo, o mecanismo de funcionamento do mercado é frágil, tem falhas e desequilíbrios.

O papel do Estado é assegurar a eficiência, garantir a equidade, através da promoção de uma justa repartição de rendimentos, promover o crescimento económico e garantir a estabilidade dos mercados. Quando estes falham e não proporcionam uma correcta distribuição da riqueza, o Estado intervém como regulador da actividade económica, cria impostos e promove a transferência de riqueza para os mais desfavorecidos.

A discussão entre apologistas e críticos do mercado, e do papel do Estado na sua regulação, tem sido um tema central do debate económico, principalmente nos momentos em que o capitalismo, enquanto sistema de produção em que a propriedade dos activos da produção é privada, vê na desregulação dos mercados uma porta aberta para as suas actividades especulativas, geradoras de desigualdade e de pobreza.

Vivemos um período de grande transformação associado a fenómenos de globalização, de internacionalização dos mercados e da emergência de uma nova economia especulativa, muitas vezes designada de “economia de casino”, geradora de desigualdade económica e de pobreza que tendem a tornar-se estruturais em muitas sociedades, fragilizando-as e limitando o potencial de milhões de seres humanos. Para além do mal estar que resulta das alterações económicas existe um outro que, segundo Fitoussi e Rosanvallon citados por Silva (2008: 150), “ (...) remete para os efeitos destrutivos do individualismo moderno. A crise que atravessamos é assim indissociavelmente económica e antropológica”.

Limitemos, contudo, a nossa análise apenas aos aspectos económicos, os quais surgiram indissociavelmente ligados ao modelo económico que vigora desde o século XVIII. A publicação, em 1776, da “Riqueza das Nações”, de Adam Smith representou, segundo Cardoso (2013: 1), “o ponto de partida, o momento crucial no estabelecimento de um conjunto de conceitos e

⁶ Ferreiro, Maria de Fátima (2014), *Apontamentos para a Unidade Curricular de Economia Solidária e Teoria Económica (aula nº 4)*, do Mestrado em Economia Social e Solidária, ISCTE-IUL.

instrumentos de análise que ainda hoje são usados para exprimir e compreender a realidade económica”.

No mesmo período, o capitalismo afirmou-se, deixando de ser comercial e passando a ser predominantemente industrial, vindo a atingir o seu apogeu no século XIX e princípio do século XX, com a designação de capitalismo liberal. Para além de Adam Smith, são autores de referência deste período David Ricardo, John Stuart Mill e Karl Marx.

Adam Smith, defendia, segundo Ferreiro (2014)⁷ “um ‘sistema de liberdade natural’ cujas características fundamentais são a livre iniciativa individual, a concorrência e a abstenção de comando da economia por parte do soberano”. Contudo, para Adam Smith, “a liberdade de iniciativa não era, no entanto, sinónimo de perseguição frenética e incondicional do interesse próprio. A luta pelo interesse pessoal era condicionada pelo respeito das leis da justiça e pelo dever moral que a consciência individual impõe a cada indivíduo”.

Ricardo, que em 1817 publicou os *Princípios de Economia Política e Tributação*, estava, segundo Piketty (2014: 21), sobretudo preocupado com o facto de, com um crescimento duradouro da população e da produção, a terra tender a “tornar-se cada vez mais rara em relação aos outros bens” pelo que, a prazo, os proprietários fundiários “receberiam assim uma parte cada vez maior do rendimento nacional, e a restante população uma parte cada vez mais reduzida, o que seria destruidor para o equilíbrio social”. Ainda segundo Piketty, “para Ricardo, a única saída lógica e satisfatória de um ponto de vista político é um imposto progressivamente mais pesado sobre as rendas fundiárias”.

John Stuart Mill, um autor da corrente liberal, que em 1848 publicou os *Princípios da Economia Política*, defendia a liberdade económica e, simultaneamente, o associativismo como forma de protecção dos direitos dos trabalhadores. Stuart Mill, afirmava que o “crescimento da riqueza não é ilimitado’ e o ‘estado progressivo’, caracterizado pela acumulação de capital e o crescimento demográfico, tenderia para ‘um estado estacionário’ onde não existem lucros e, conseqüentemente, acumulação” (in Ferreiro, 2014)⁸.

Tratando-se de um liberal, são de relevar as preocupações de Mill com os trabalhadores e, inclusivamente, com a natureza, referindo que “apenas nos países atrasados se justificava a prioridade ao aumento da produção. Nos países ricos a prioridade deveria ser a distribuição. Mesmo uma sociedade em que a produção não cresce pode progredir: a melhor distribuição poderia dar lugar a um corpo de trabalhadores bem pagos, com oportunidades de lazer físico e intelectual;

⁷ Ferreiro, Maria de Fátima (2014), *Apontamentos para a Unidade Curricular de Economia Solidária e Teoria Económica (aula nº 4), do Mestrado em Economia Social e Solidária*, ISCTE-IUL.

⁸ Idem.

poderia ainda proporcionar melhores condições para a conservação da actividade espontânea da natureza” (in Ferreiro, 2014)⁹.

É num contexto de estagnação dos rendimentos do trabalho e de prosperidade do capital e dos lucros que surgem os primeiros movimentos socialistas e comunistas. Em 1848 Karl Marx publica com Engels o *Manifesto Comunista* o qual termina com uma previsão revolucionária: “O desenvolvimento da grande indústria mina, sob os pés da burguesia, as bases sobre as quais estabeleceu o seu sistema de produção e de apropriação. A burguesia produz, antes de mais, os seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (in Piketty, 2014: 25).

A Primeira Guerra Mundial gerou uma crise profunda no sistema capitalista, assistindo-se, nalguns países, ao triunfo do socialismo, nomeadamente após a Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia. Por outro lado, nos países onde o sistema capitalista se manteve, o Estado surgiu como novo agente económico, com funções reguladoras. Este período marcou o fim do capitalismo liberal.

Entre as duas Guerras Mundiais, e principalmente após a crise de 1929, o capitalismo sofreu uma profunda transformação, nomeadamente nos Estados Unidos, com o “New Deal” da iniciativa do Presidente Roosevelt. Tratou-se de uma proposta para uma intervenção do Estado visando um forte investimento em obras públicas, o controlo dos preços e da produção, a redução do horário de trabalho e a fixação de um salário mínimo, entre outras medidas.

Em 1936 John Maynard Keynes publicou o livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* onde teorizou sobre muitas das medidas contidas naquele programa de relançamento da economia norte-americana. Contudo, como refere Nicolau Santos no prefácio da tradução portuguesa do livro de Blomert (2007: 8-9), Keynes, apesar de “ser visto como o grande teórico da intervenção do Estado na economia está longe de fazer dele um crítico do sistema capitalista. Pelo contrário, para ele o capitalismo era o melhor sistema económico que o mundo alguma vez tinha conhecido. O seu objectivo era o aperfeiçoamento deste sistema, combinando a procura do bem comum prosseguida pelo Estado com os desejos de ganhos individuais da iniciativa privada”.

A Segunda Guerra Mundial voltou a marcar uma nova fase na evolução do capitalismo. No pós-guerra assistiu-se ao triunfo do *keynesianismo*. Segundo Blomert (2007:122) enquanto “os mercados livres eram equiparados à depressão e ao desemprego, o *keynesianismo* era equiparado à igualdade social e ao bem-estar material através de uma política fiscal estimuladora”. Os anos que se seguiram foram de grande prosperidade económica e social, ainda que o modelo de Keynes fosse criticado por alguns autores, como o austríaco Friedrich Hayeck, devido ao peso excessivo do

⁹ Ibidem.

Estado e à coerção por ele exercida sobre a liberdade de escolha dos indivíduos. Hayeck viria a leccionar na Universidade de Chicago e a ser um dos inspiradores do neoliberalismo.

Na sequência da crise do petróleo de 1973, o capitalismo e a relação entre mercado e Estado alteram-se e o modelo de Keynes entrou em crise. Milton Friedman, um economista da Universidade de Chicago, criticou o modelo de intervenção do Estado na Economia, o qual impedia o normal funcionamento dos mercados. Blomert (2007: 124) afirma que, segundo a teoria de Friedman, “sem interferências externas, o sector privado voltaria sempre a equilibrar-se por si só a longo prazo - as intervenções do Estado poderiam apenas atrasar esse processo, ou mesmo provocar outras interferências”.

Com Friedman entrou-se na era do neoliberalismo, um regresso às origens do liberalismo económico, assistindo-se a políticas de privatizações, de limitação de gastos públicos e de enfraquecimento do papel do Estado e dos sindicatos. A pobreza e a exclusão social reapareceram e teimam em persistir e agravar-se.

As políticas neoliberais tendem a perpetuar-se e a disseminar-se através da globalização. A actual crise, iniciada em 2008, é, em grande parte, responsável pela avidez com que o capital especulativo domina os mercados, libertos dos constrangimentos causados pela sua regulação por parte dos Estados.

Num artigo de opinião recentemente publicado no semanário Expresso, intitulado “O Ébola e a Desigualdade”¹⁰, Joseph Stiglitz refere que “a América e o mundo pagam um preço elevado pela excessiva dependência das forças de mercado e por uma atenção insuficiente a valores mais amplos, incluindo a igualdade e a justiça social”. Lembramos que autores ‘insuspeitos’ como Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill e John Keynes, tinham preocupações semelhantes.

4. A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Como resposta à chamada “Questão Social” do século XIX, surgiu uma “outra economia”, a Economia Social, cujo conceito radica no cooperativismo de base comunitária da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale e cuja inspiração assenta em várias correntes filosóficas e ideológicas, como o socialismo utópico, o solidarismo, o social-cristianismo e o liberalismo.

Durante décadas, foi através da Economia Social, enquanto movimento de acção colectiva, que muitos dos problemas sociais que não encontravam resposta, quer no Estado quer no mercado, foram sendo resolvidos.

Contudo, os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI trouxeram um vasto conjunto de novas e complexas questões, sociais, económicas e ambientais, às quais a globalização deu uma

¹⁰ Semanário Expresso nº 2197, de 6 de dezembro de 2014. Caderno de Economia, p. 34.

nova dimensão e para as quais se procuram novas e inovadoras soluções. Porque, segundo diversos autores, a Economia Social já não respondia a essas necessidades, emergiu um novo conceito, o de Economia Solidária. Segundo Laville (2009: 42), “a economia solidária trouxe ao debate público as noções de utilidade social e de interesse colectivo e colocou a questão do objectivo das actividades que surgira de modo enganador na economia social centrada nas relações entre actividade e actores”.

Mas, como em todas as áreas emergentes do conhecimento, também a Economia Solidária tem sido alvo de diferentes interpretações. Assim, para além das versões francófona e ibero-americana, surgiu a da Macaronésia, com os seus projectos: económico; social; cultural; ambiental; territorial; de gestão inovadora; de conhecimento interactivo; e político (Amaro, 2010: 22-24).

Através desses projectos, a Economia Solidária procura dar resposta às “novas questões” do século XXI mas, também no mercado, vão surgindo novas iniciativas empresariais, com preocupações sociais e ambientais, que procuram aproximar-se de uma visão mais solidária da economia.

5. CONVERGÊNCIAS NA ECONOMIA. O CASO DAS EMPRESAS B

“O termo empreendedorismo social assume hoje múltiplos sentidos, que vão desde uma organização não lucrativa, passando pela empresa lucrativa que apoia projectos sociais por via das acções de responsabilidade social, até à empresa que se dedica a negócios de vertente social” (Parente, 2014: 14). A estes conceitos acrescentamos os negócios que, não sendo sociais, têm, como no caso das Empresas B, que nos propomos analisar, um posicionamento no mercado que visa criar, de forma equilibrada, mais valor social, ambiental e financeiro. Estamos a falar de uma das novas formas de fazer negócio dentro de uma economia que se pretende convergente, através da implementação de soluções híbridas que resultem da aproximação entre os sectores público, privado e da economia social e solidária.

5.1. Aproximação do “mercado” ao “social e solidário”

Na aproximação do mercado ao “social e solidário” existem diversas abordagens, das quais destacamos a criação de empresas sociais, o incremento da responsabilidade social das empresas e o desenvolvimento de iniciativas empresariais como as Empresas B, que nos propomos abordar.

As empresas sociais¹¹ dão prioridade ao valor social que criam em detrimento do lucro que possam obter da sua actividade. Nestas empresas, com considerável implantação no Reino Unido¹², a

¹¹ O conceito de Empresa Social não está previsto na legislação portuguesa. As entidades que integram a economia social constam do artigo 4 da Lei de Bases da Economia Social (Lei nº 30 de 2013, de 8 de Maio).

¹² <http://www.socialenterprise.org.uk/>

obtenção de lucro visa apenas a sustentabilidade financeira e a criação de impacto social, sendo que quanto maior for o seu sucesso e sustentabilidade, maior será o sucesso e sustentabilidade das suas actividades sociais.

A Responsabilidade Social das Empresas “é a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais nas operações quotidianas das organizações e na interacção com todas as partes interessadas. Trata-se de um modo de contribuir para a sociedade de forma positiva e de gerir os impactos sociais e ambientais da organização como forma de assegurar e aumentar a competitividade”¹³. Esta aproximação gera, por vezes, alguma desconfiança, na medida em que tais iniciativas são muitas vezes encaradas como acções de *marketing*, através de uma utilização mais ou menos abusiva do rótulo de “social”.

As Empresas B posicionam-se no mercado com a convicção de que o sucesso nos negócios é fundamental para a resolução ou mitigação de problemas sociais e ambientais. São empresas inovadoras que não visam prioritariamente o lucro dos seus proprietários ou accionistas mas sim o benefício dos seus *stakeholders*, incluindo funcionários, clientes e fornecedores, bem como das comunidades onde se inserem e do meio ambiente.

5.2. Benefícios para a economia, sociedade, ambiente e *stakeholders*

O conceito Empresas B engloba as Certified B Corp e as Benefit Corp. Na América Latina designam-se por Sistema B. Uma Certified B Corp, ou apenas B Corp, é uma empresa certificada pelo B Lab, enquanto uma Benefit Corporation é uma empresa com um estatuto legal que lhe confere aquela designação (válida apenas nos EUA). As Benefit Corp não são certificadas pelo B Lab.

Exceptuando os requisitos de certificação, ambos os conceitos obedecem a requisitos de responsabilidade e de transparência. Os administradores têm de considerar nas suas decisões, não apenas os benefícios dos accionistas mas também os dos *stakeholders*, da comunidade e do ambiente. A performance social e ambiental das empresas é divulgada publicamente.

O B Lab é uma entidade sem fins lucrativos que colabora com as Benefit Corp no desenvolvimento de legislação e certifica as B Corp., disponibilizando um conjunto de ferramentas gratuitas, que as empresas podem utilizar para avaliar as suas práticas de gestão e o seu impacto social e ambiental. As ferramentas de informação do B Lab são também utilizadas por vários gestores de fundos, investidores e redes de empresas.

As empresas são avaliadas numa escala que varia entre 0 e 200 pontos, em que, qualquer pontuação acima de 0 pontos é considerada uma “boa pontuação”, dado que cada ponto obtido na

¹³ <http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/Gestao/ResponsabilidadeSocial/>.

avaliação reflecte um incremento face às práticas padrão numa determinada área de negócio e mostra que a empresa está a ter um impacto positivo para a sociedade e para o ambiente. Para obter a certificação como B Corp, uma empresa necessita atingir 80 pontos no total das diferentes áreas de impacto: ambiente, trabalhadores, comunidade e governança.

Os desafios sistémicos requerem soluções sistémicas e as B Corp oferecem soluções concretas, baseadas no mercado e escaláveis. Actualmente a comunidade B Corp¹⁴ integra 1160 empresas, distribuídas por 37 países e por mais de uma centena de indústrias. Essas empresas competem não para serem as melhores do mundo mas sim as melhores para o mundo. Como resultado do sucesso colectivo das B Corp, os indivíduos e as comunidades poderão desfrutar de maiores oportunidades económicas e a sociedade poderá enfrentar os desafios colocados pelos problemas ambientais¹⁵.

Segundo informação disponível no *site* da B Corp¹⁶, quando comparadas com outras empresas, estas têm uma maior probabilidade de: doarem pelo menos 10% dos seus lucros a organizações sociais; utilizarem energia renovável nas suas instalações; de recorrerem a fornecedores de comunidades com baixos rendimentos; de cobrirem parte dos custos com os seguros de saúde dos seus funcionários; de oferecerem bónus aos seus membros não executivos, de terem mulheres e pessoas oriundas de minorias em cargos de gestão; de pagarem aos seus funcionários pelo menos 20 horas de trabalho voluntário nas suas comunidades.

5.3. A Comunidade B Corp

Das cerca de 1300 empresas que constituem a comunidade B Corp, destacamos algumas, quer pela sua dimensão quer pelo seu reconhecimento:

- a) A Natura¹⁷, uma grande empresa brasileira na área dos cosméticos, que emprega aproximadamente 7000 trabalhadores, tornou-se recentemente na primeira e maior empresa B cotada em Bolsa. Das diversas preocupações sociais e ambientais da empresa destacam-se a participação de mais de 75% dos funcionários no plano de participação nos resultados; o facto de mais de 50% dos gestores serem mulheres; a contribuição, com 3% dos resultados, para a educação pública e para o investimento na comunidade; a utilização de energia renovável produzida no local. A Natura foi certificada em 2014 e obteve 110 pontos.

¹⁴ <http://www.bcorporation.net/community/find-a-b-corp>.

¹⁵ <http://www.bcorporation.net/what-are-b-corps/why-b-corps-matter>.

¹⁶ <http://www.bcorporation.net/b-corp-community>.

¹⁷ <http://www.bcorporation.net/community/natura>.

- b) A Ben & Jerry's¹⁸ é uma empresa dos Estados Unidos produtora de gelados de qualidade superior que utiliza ingredientes de alta qualidade, incluindo o leite que provem de explorações familiares que não tratam as suas vacas com hormonas sintéticas utilizadas para aumentar a produção de leite. A Ben & Jerry's, entre outras acções em prol dos *stakeholders*, da sociedade e do ambiente, tem uma política de remunerações que garante que o vencimento mais baixo da empresa é superior, em 46%, ao salário mínimo; oferece aos seus funcionários benefícios suplementares como programas de saúde e bem-estar; contribui com mais de 5000 horas para serviço comunitário e com mais de 5% dos seus lucros para obras sociais; incrementa o consumo de água reciclada e tem um programa de redução, superior a 50%, das emissões de carbono. A Ben & Jerry's foi certificada em 2012 e obteve 101 pontos.
- c) O Charity Bank¹⁹ é um banco do Reino Unido com propósito social que apenas concede empréstimos a organizações sociais. Desde 2002 o Charity Bank concedeu empréstimos superiores a 200 milhões de libras a empresas sociais e a instituições de caridade. O Charity Bank apoia um largo espectro de organizações do sector social empenhadas em melhorar as condições de vida das pessoas nas áreas da educação, saúde, apoio social e em projectos comunitários de produção de energia renovável. O Charity Bank foi certificado em 2014 e obteve 129 pontos.

Em Portugal, o IES - Social Business School²⁰ é o parceiro exclusivo do B Lab para a criação e desenvolvimento da Comunidade B Corp em Portugal e na África Lusófona, desde o final de Novembro de 2014. Existem actualmente três empresas certificadas em Portugal como B Corp:

- a) A ColorADD²¹ - Sistema de Identificação de cores para daltónicos, criou uma linguagem universal, inclusiva e não discriminativa que permite aos daltónicos identificar as cores. O código pode ser implementado através do licenciamento para empresas, em que os custos da licença são adaptados à dimensão da empresa, existindo um modelo *pro-bono* para as escolas e universidades. A ColorADD foi certificada em Dezembro de 2014 e obteve 85 pontos.

¹⁸ <http://www.bcorporation.net/community/ben-and-jerrys>.

¹⁹ <http://www.bcorporation.net/community/charity-bank>.

²⁰ <http://www.ies.org.pt/>.

²¹ <http://www.bcorporation.net/community/coloradd>.

- b) A Biorumo²² é uma empresa de consultoria em ambiente e sustentabilidade, que assenta a sua política de gestão na responsabilidade social e ambiental, e foi certificada em Dezembro de 2014, tendo obtido 83 pontos.
- c) A Sector 3 - Social Brokers²³ é uma empresa de consultoria de gestão especializada em Empreendedorismo Social, vocacionada para apoiar a actividade desenvolvida por Instituições Particulares de Solidariedade Social e que adopta e desenvolve um comportamento ético e transparente com todos os *stakeholders* e com a comunidade em geral. Foi certificada em Abril de 2015 e obteve 81 pontos.

6. ANÁLISE CRÍTICA

As Empresas B são empresas que visam simultaneamente o lucro e objectivos sociais e, no caso das B Corp, a sua actividade é certificada por uma instituição sem fins lucrativos, o B Lab. Estas empresas, contrariamente às restantes empresas privadas, não podem abandonar as suas políticas altruístas a favor da comunidade, por um lado porque perderiam o seu estatuto e, por outro, porque tal decisão poderia ter custos de reputação resultantes do incumprimento dos seus compromissos. As Empresas B são empresas capitalistas, contudo a sua actuação difere das restantes na medida em que existem investidores que não se focam apenas nos lucros, contrariando, em parte, a posição de Milton Friedman num artigo publicado no “The New York Times Magazine”, em 1970, intitulado “The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits”.

Nas Empresas B a pressão dos accionistas para o aumento dos lucros não é expectável, ainda que se admita que possa acontecer, dado que estes são apenas uma das partes interessadas, juntamente com os restantes *stakeholders*. Contudo, num mundo extremamente competitivo como o actual é de admitir que existam, quanto ao compromisso ético por um lado e quanto à viabilidade por outro, empresas que actuam no mercado de forma altruísta, obedecendo a determinados padrões éticos.

Lembremos a este respeito o “Credo” da Johnson & Johnson, escrito em 1943, que afirma que a primeira responsabilidade da empresa é para com os médicos, enfermeiras e pacientes, depois para com os funcionários e comunidades e, por último, para com os accionistas²⁴. Não temos certezas quanto ao cumprimento deste ou de outros “credos”, contudo, acreditamos que os negócios não têm que ser apenas rentáveis. Têm fundamentalmente que ser éticos e fazer sentido para todos.

²² <https://www.bcorporation.net/community/biorumo>.

²³ <https://www.bcorporation.net/community/sector-3-consultoria-de-gestao>.

²⁴ http://www.jnj.com/sites/default/files/pdf/jnj_ourcredo_english_us_8.5x11_cmyk.pdf.

7. CONCLUSÃO

As questões ambientais, as crises económicas, as novas questões sociais resultantes de novas desigualdades e a globalização são alguns dos problemas da contemporaneidade, para os quais são exigidas novas respostas. Os mercados dominados por um capitalismo pouco ético e um Estado cada vez mais minimalista e menos social, não parecem ser os melhores actores para a mudança.

A acção colectiva procura renovar-se e encontrar novas respostas para os problemas actuais e futuros as quais, segundo Parente (2014: 21), “não se limitam ao lucro da economia de mercado e à redistribuição estatal”.

O capitalismo precisa de novos caminhos, de procurar novos modelos de negócio, mutuamente vantajosos para os *stakeholders* em particular e para a sociedade em geral. Ao Estado cumpre desempenhar o seu papel regulador e de garante de uma justa distribuição da riqueza criada.

A propósito do papel do Estado, Sanches (2010: 25) refere que “entre as condições hoje consideradas necessárias para o crescimento económico podemos encontrar itens como programas eficientes para reduzir a pobreza, criação de redes de segurança social eficazes ou normas estruturais que combatam com sucesso a corrupção e (mesmo antes da crise de 2008) uma boa regulação dos mercados financeiros (...). Tudo isto constitui despesa pública e pressupõe a tributação”.

Quanto ao capitalismo, e à sua incapacidade em resolver os problemas económicos, sociais e ambientais, Blomert (2007: 127) lembra que “ainda estamos longe do ideal concebido por Keynes em 1931”:

Só quando a acumulação de riqueza já não tiver grande importância social é que as leis morais serão sujeitas a profundas alterações. Nessa altura (...), teremos finalmente a liberdade para pôr de lado todos os tipos de hábitos sociais e artimanhas económicas no que se refere à distribuição da riqueza, recompensas e sanções económicas, que agora mantemos a todo o custo, apesar de as considerarmos repugnantes e injustas, pois são extremamente úteis para promover a acumulação de capital.

Para que o ideal de Keynes se cumpra, precisamos de novas relações sociais e económicas, de um Estado que cumpra o seu papel redistributivo, visando reduzir as desigualdades que persistem e se agravam, de uma Economia Solidária com novas respostas para as novas questões sociais, e de um capitalismo ético no seio do qual as Empresas B, pela forma como se posicionam no mercado, gerando valores e não apenas valor, podem dar o seu contributo.

8. BIBLIOGRAFIA

AMARO, Rogério Roque (2010), “A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito”, *Revista de Economia Solidária*, (1), pp. 11-29.

BLOMERT, Reinhard (2007), *John Maynard Keynes*, Reinbek, Rowolt Verlag GmbH.

CALDAS, José Castro e Maria de Fátima Ferreiro (2014), *Licenciatura em Economia - Introdução ao Pensamento Económico. Notas Pedagógicas 2014-2015 - A Economia como ciência e como objecto de conhecimento*, Lisboa, ICTE-IUL.

CARDOSO, José Luís (2013), *The Political Economy of Rising Capitalism - Seminario del Departamento de Historia e Instituciones Económicas I*, Madrid, Facultad de CCEE - Universidad Complutense.

HAUSMAN, Daniel M. (ed.) (2007), *The Philosophy of Economics. An Antology*, Cambridge, Cambridge University Press.

LAVILLE, Jean-Louis (2009), “A Economia Solidária: Um Movimento Internacional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (84), pp. 7-47.

PARENTE, Cristina e Carlota Quintão (2014), *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PIKETTY, Thomas (2014), *O Capital no Século XXI*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates.

SAMUELSON, Paul A. e William D. Nordhaus (2005), *Economía (18ª ed)*, Madrid, Mc Graw-Hill.

SANCHES, J. L. Saldanha, (2010). *Justiça Fiscal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

SILVA, Luísa Ferreira da (2008), *Modernidade e Desigualdades Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta.

Consultas *on-line*

“A Economia Social na União Europeia. Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo CIRIEC (Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa)”, *Brochura do Comité Económico e Social Europeu*, (Online), (8).

Disponível em: www.eesc.europa.pt

Artigo de Milton Friedman (“The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits”)

Disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>

B Corporation

Disponível em: <http://www.bcorporation.net/>

Benefit Corporation

Disponível em: <http://benefitcorp.net/>

Ben & Jerry’s

Disponível em: <http://www.bcorporation.net/community/ben-and-jerrys>

Biorumo

Disponível em: <https://www.bcorporation.net/community/biorumo>

Charity Bank

Disponível em: <http://www.bcorporation.net/community/charity-bank>

Citação de Friedrich Von Schiller

Disponível em: <http://www.citador.pt/>

ColorAdd

Disponível em: <http://www.bcorporation.net/community/coloradd>

Conscious Capitalism

Disponível em: <http://www.consciouscapitalism.org/>

IES - Social Business School

Disponível em: <http://www.ies.org.pt/>

Johnson & Johnson's Credo

Disponível em:

http://www.jnj.com/sites/default/files/pdf/jnj_ourcredo_english_us_8.5x11_cmyk.pdf

Natura

Disponível em: <http://www.bcorporation.net/community/natura>

Pesquisador de Empresas B

Disponível em: <http://www.bcorporation.net/community/find-a-b-corp>

Portal da Empresa (Responsabilidade Social das Empresas)

Disponível em: <http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/Gestao/ResponsabilidadeSocial/>

Sector 3 - Social Brokers

Disponível em: <https://www.bcorporation.net/community/sector-3-consultoria-de-gestao>

Social Enterprise UK

Disponível em: <http://www.socialenterprise.org.uk/>